

# UMA PERSPECTIVA INAUGURAL NA HISTÓRIA DA LITERATURA BRASILEIRA: SANTIAGO NUNES RIBEIRO

An original perspective in Brazilian literary history:

Santiago Nunes Ribeiro

Andréa Sirihal Werkema

UERJ

**Resumo:** Exame do conhecido ensaio de Santiago Nunes Ribeiro, “Da nacionalidade da literatura brasileira” (1843), com o objetivo de surpreender aí o seu ponto de vista historicista, romântico ao pé da letra, na medida em que toma a noção de crítica como algo que emana da própria obra literária.

**Palavras-chave:** história da literatura; Romantismo; Santiago Nunes Ribeiro.

**Abstract:** This is an examination of the well-known essay of Santiago Nunes Ribeiro, “Da nacionalidade da literaturabrasileira (1843), with the purpose of observing its historicist perspective, genuinely romantic, in the sense that it understands critic as something that emanates from the literary work itself.

**Keywords:** literary history; Romanticism; Santiago Nunes Ribeiro.

O ensaio de Santiago Nunes Ribeiro, “Da nacionalidade da literatura brasileira”, publicado em 1843 na *Minerva Brasiliense*, é bem conhecido, e dispensa maiores comentários em relação à sua contextualização e às suas principais teses. De qualquer forma, eu me remeto a dois artigos publicados recentemente que cumprem essa tarefa de forma completa e eficiente, nos quais me fio como fonte de informação e ponto de partida para uma discussão. São os textos de Maria Eunice Moreira e de Maria Cecília Boechat<sup>1</sup> que tive o prazer de ajudar a publicar no livro *A crítica literária brasileira em perspectiva*. Se abro o meu comentário me eximindo de uma reconstituição dos argumentos do ensaio de Santiago, é porque, na verdade, me interessa voltar a apenas uma questão delimitada ali dentro, e essa questão será localizada ao longo do presente texto.

“A história não apresenta época alguma que não tenha seu caráter específico, sua fisionomia própria e demonstrativa da ideia providencial que a rege”(RIBEIRO, 1974, p. 30). Assim se abre o ensaio, que já indicara, em sua epígrafe shakespeariana (“Poets are abstract and brief chronicle of the time”), a sua preocupação com as simetrias entre particularidades do tempo e da arte. Escrevendo no Brasil, no início da década de 1840, Santiago Nunes Ribeiro

---

<sup>1</sup>MOREIRA, Maria Eunice. O Brasil em papel: ideias e propostas no pensamento crítico do Romantismo; BOECHAT, Maria Cecília Bruzzi. Santiago Nunes Ribeiro e a tradição crítica brasileira. In: CORDEIRO, Rogério et al. *A crítica literária brasileira em perspectiva*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2013.

assume o olhar romântico condizente com seu tempo e lugar; mas isso deve ser reenfatizado, pois seus pares, precursores de uma história da literatura brasileira, como Gonçalves de Magalhães ou mesmo Ferdinand Denis, não são o que poderíamos chamar românticos à toda prova, já que se deixam contaminar tão completamente pela imposição nacionalista, que repetem, com roupagem do XIX, a dureza prescritiva reinante no julgamento da obra de arte até o século XVIII. Esclarecendo desde já, portanto, a diferença encontrada no ensaio de Santiago, ela seria a aplicação específica do relativismo histórico que busca ver e entender as razões para a negação de uma poética nacionalista entre nossos poetas do século anterior – árcades – neoclássicos, seguidores de tendência universalizante.

O trecho de Alfredo Bosi, apesar de um pouco longo, contextualiza a questão e facilita o seu entendimento:

No Brasil o projeto de integração da literatura na história nacional abrangente foi vitorioso e fecundo. A polêmica que esse projeto trazia no bojo era o anticlassicismo, enquanto rejeição dos cânones acadêmicos franceses que tinham sobrevivido ao vendaval revolucionário e recebido novo alento no interregno napoleônico. O projeto romântico ocidental de reafirmar as origens medievais das nações europeias era, como se sabe, ambíguo, conservador e inovador, nostálgico mas antiacadêmico. Os românticos substituíram o *critério formal* de beleza do ideal clássico pelo *critério histórico* do valor representativo dos autores e obras. O texto passou a valer pela sua capacidade de rerepresentar os caracteres que se supunham próprios da sociedade que os gerou. Uma historicização radical da leitura substituía o julgamento neoclássico da adequação da escrita aos modelos antigos ou renascentistas. O historicismo nacionalista é uma criação romântica, e no seu cerne já se contém o historicismo sociológico que o século XX herdou do positivismo e do evolucionismo. (BOSI, 2002, p. 10-11)

A história da literatura brasileira se configura ao mesmo tempo que a própria literatura brasileira, em termos modernos, ou melhor, não coloniais. No século XIX, após a independência, temos finalmente parâmetros para avaliar a produção literária em terras brasileiras a partir de um ponto de vista local; no entanto, tal deslocamento de parâmetros, que são históricos e políticos antes de tudo, acarreta consigo um concomitante deslocamento de valor. E a obra literária brasileira por excelência passa a ser aquela de assunto nacional. Nesse momento faz-se importante analisar com mais detalhes a historiografia romântica como se delineou entre nós: a tendência é, à primeira vista, a guinada anticlassicista, ou, no nosso caso particular, antineoclássica, já que o grupo dos chamados poetas árcades mineiros fora o último grande expoente orgânico de nossa poesia colonial.

Santiago Nunes Ribeiro faz a defesa dos árcades da pecha de imitadores e faltos de sentimento localista, dando mostras de seu mais puro olhar historicista ao aplicar aos nossos

autores árcades um critério de valor histórico que os livra de tais acusações (no que será seguido, algumas décadas depois, por Machado de Assis, em seu “Instinto de nacionalidade”, de 1873). O abandono de um critério formal, que responda apenas à época em que se lê um dado texto, comprova o funcionamento de uma nova leitura, moderna e oposta inclusive à leitura de cunho neoclássico, que julgava de acordo com modelos e critérios estabelecidos desde sempre. O que confere ao texto de Nunes Ribeiro interesse, quando comparado aos seus contemporâneos, e o faz precursor imediato das reflexões de Machado de Assis, é a advertência feita aos leitores-críticos do século XIX para que não se esqueçam de que seus parâmetros mudaram, e de que não há como cobrar dos homens do XVIII aquilo que o presente desenrola antes os olhos contemporâneos:

A poesia brasileira da época anterior à independência foi o que devia ser. Porventura poderia ela ser a expressão das ideias e sentimentos de outros tempos? Se ela falasse a linguagem do sentimentalismo e do lirismo da Alemanha, ou a do descritivismo da escola do lago, poderia ser compreendida? Mas que dizemos? Quem lhe houvera ensinado essa linguagem? Ninguém pode sentir inspirações completamente estranhas ao seu tempo.(RIBEIRO, 1974, p. 39)

Assim, temos um ensaio que defende a nacionalidade da literatura brasileira, mas pretende fazê-lo por vias que não as da crença absoluta em um valor moderno que reorganizasse nosso passado literário colonial. Os poetas árcades não podem ser julgados por sua “maior ou menor adesão a um processo de emancipação da colônia, o que, em geral era uma violação do significado estético das suas obras”(BOSI, 2002, p. 12). Se esta defesa da particularidade da convenção neoclássica é uma das bandeiras de “Instinto de nacionalidade”, de Machado de Assis, é ainda mais visível no texto escrito por Santiago Nunes Ribeiro trinta anos antes. O que Ribeiro procura é a aplicação definitiva, cabal, levada às últimas consequências, do historicismo romântico com todas as implicações de descentramento e de mudança de paradigmas críticos. Ele o deixa explícito em outra passagem de seu ensaio:

Quando não se atende ao caráter de cada uma das fases literárias, a cada uma das modificações que a arte recebe das causas interiores e exteriores, não se faz justiça aos homens desta ou daquela época, só porque neles vemos o que chamamos defeitos. Esta crítica estreita foi a do século passado. Foi preciso que ela desaparecesse e cedesse o seu lugar a outra mais ilustrada, liberal, e compreensiva para que justiça fosse feita a Homero, Dante, Shakespeare e Calderón, em cujas obras se acham certas formas que parecem imperfeitas e até monstruosas aos que tudo querem referir a um tipo. Mas o romantismo que muito contribuiu para que essa crítica liberal predominasse, terá razão em pretender que as literaturas das outras épocas carecem de beleza neste ou naquele dos seus aspectos, só porque nele não se acha a forma que nos agrada? Não; isto seria voltar aos princípios acanhados da crítica dos

clássicos. Procuremos pois compreender que o gosto é, como Goethe o ensina, a justa apreciação do que deve agradar em tal país ou em tal época, segundo o estado moral dos espíritos.(RIBEIRO, 1974, p. 40-41)

A demanda por coerência crítica soa ainda hoje saudável e seu reaproveitamento é facilmente reconhecível nos textos posteriores de Machado de Assis e de Antonio Candido, na *Formação da literatura brasileira*, como o nota Maria Cecília Boechat no artigo já mencionado. O que nem sempre se comenta com mais vagar é o uso do relativismo romântico ao pé da letra e, mais interessante ainda, a demonstração de uma leitura demorada e atenta dos textos românticos fundadores dessa compreensão nova da história da literatura: eu me refiro diretamente à possibilidade de juntar, em um mesmo olhar, românticos e clássicos, a que se deve atribuir o valor condizente e móvel que pedem essas respectivas categorias. Na verdade, não estou sendo justa: uma tal observação já fora feita por Antonio Candido na *Formação*, é claro, já que da acuidade do olhar histórico de Santiago Nunes Ribeiro depende a fundação de uma linhagem crítica na história da literatura brasileira:

Vemos que tendia para um ângulo relativista, baseado na correlação entre literatura e sociedade nos diferentes momentos históricos, segundo um critério dinâmico fornecido pela interação dos homens com os fatores de sua existência. Baseado em Madame de Staël e Hegel, obteve assim uma visão *ativa*, libertando-se da rigidez a que os seus contemporâneos brasileiros se submetiam, no afã da polêmica anticlássica. Graças sem dúvida à leitura de Schlegel (que cita), pôde compreender o sentido histórico das categorias *clássico* e *romântico*; e embora visse na última a condição de eficácia literária no mundo contemporâneo, nem por isso punha de lado os bons produtos da outra; a enumeração que faz nas linhas citadas há pouco, onde irmana o *clássico* Homero aos *românticos* Dante, Calderón e Shakespeare, mostra ao mesmo tempo a diretriz schlegeliana e o desejo de compreender a contribuição dos poetas anteriores ao Romantismo.(CANDIDO, 1993, p. 301-302)<sup>2</sup>

Essa percepção schlegeliana da história literária ultrapassa, a meu ver, o historicismo em sua concepção mais corrente e visa um conceito supratemporal da série literária. Uma tal compreensão poucas vezes se viu na história de nossa literatura e mesmo entre nossa crítica, que procurou se aproveitar desde logo das oposições clássico/romântico para estabelecer uma política literária na terra que se emancipava. A modernidade das formulações aí expressas encontra eco na crítica literária de Machado de Assis, é claro, com sua repulsa evidente à divisão das literaturas em estilos de época e grupos que se repelem como metades imantadas:

---

<sup>2</sup> Atente-se para o fato de que a *Formação da literatura brasileira*, apesar de sua estrutura tradicional de manual de história literária, deve boa parte de sua força crítica à exposição de um movimento maior que une neoclássicos e românticos em busca de um objetivo comum, ou mesmo de características compartilhadas.

veja-se na realização de sua obra ficcional a mais cabal mostra da superação de tais antinomias que seriam, a seu ver, artificiais.

Mas, permanecendo ainda um instante no âmbito do ensaio de Nunes Ribeiro, e voltando à passagem citada pouco atrás, Homero, Dante, Shakespeare e Calderón; ou Sterne, Cervantes, Tasso, Ariosto e Petrarca; são todos autores que retornam “romantizados” para integrar um elenco universalizante de obras que, lidas pelo Romantismo (tenho em mente aqui é claro, o primeiro Romantismo alemão do grupo de Jena), podem ser retiradas de seu contexto de produção e alinhadas de maneira sincrônica justamente porque passaram pela leitura compreensiva dos códigos e das convenções dominantes no momento de sua produção. Tal leitura, uma vez que se naturalize, faz-se descartável para o juízo de valor da obra literária, admitindo assim o julgamento trans-histórico da mesma. É o processo que podemos ver funcionando na leitura que Friedrich Schlegel faz da “modernidade” literária (Romantismo) em oposição aos antigos:

A poesia antiga segue a mitologia à risca e até evita o conteúdo propriamente histórico. Mesmo a antiga tragédia é um jogo, e o poeta que retratava uma ocorrência verdadeira, que dizia respeito a todo o povo, era punido. A poesia romântica, por outro lado, repousa completamente sobre bases históricas, muito mais do que se sabe ou se acredita. (...)

Estabeleci um parâmetro preciso da oposição entre os antigos e os românticos. Peço a você, entretanto, que não suponha daí que o romântico e o moderno me sejam completamente equivalentes. (...) Se quiser que a distinção se torne para você inteiramente clara, faça o favor de ler *Emilia Galotti*, que é tão indizivelmente moderno mas nada romântico, e depois lembre-se de Shakespeare, em quem gostaria de localizar o verdadeiro centro, o âmago da fantasia romântica. É aí que procuro e encontro o romântico, nos velhos modernos, em Shakespeare, em Cervantes, na poesia italiana, naquela era do cavaleiro andante, do amor e da fábula, de onde provêm as coisas e mesmo a palavra. (SCHLEGEL, 1994, p. 66-67)

Fica claro que a definição de romântico não obedece a um critério temporal; assim também, por analogia, sua crítica, ao se interessar por obras tão díspares, deve lançar mão de critérios abrangentes de julgamento; ou melhor, de critérios flexíveis, moldáveis a cada obra, que deve ser lida como organismo único, fruto de uma combinação complexa de “causas interiores e exteriores”, no dizer de Santiago Nunes Ribeiro.

O relativismo de tal julgamento é uma posição crítica pensada e coerente com uma visão histórica da literatura. Esta visão pretende compreender mesmo o clássico – naquele momento padrão estético e crítico em repouso ou a ser evitado – como parte de um sistema de formação de valores artísticos fundamentais para a chegada à contemporaneidade: “Mas ainda que impossível nos seja achar beleza em certas formas da arte de outros tempos, mostremos

como as gerações passadas admiravam o belo nessas formas, e como insensíveis contemplaram outras que para nós parecem belas”(RIBEIRO, 1974, p. 41). No caso da literatura brasileira, o anticlassicismo das primeiras décadas do século XIX obedece a imposições tão pouco literárias, tão politicamente interessadas, que o próprio Santiago Nunes Ribeiro, um dos defensores de nossa nacionalidade literária, faz questão de discriminar em seu ensaio as razões por trás de uma história literária que se forma. Os poetas do nosso Arcadismo, portanto, presos a regras neoclássicas, a uma paisagem artificiosa e convencional, eram poetas de seu tempo. Ao aceitar, em um primeiro momento, as imposições da temporalidade na poesia de determinado autor, Santiago Nunes Ribeiro explicita que nossa leitura crítica, sempre feita *a posteriori*, pode deslocar este autor a nosso bel-prazer, integrando-o em séries literárias diversas. Esse segundo momento da apreciação crítica se dá na sincronia – e o valor da poesia julgada pode se desprender enfim de sua temporalidade.

Eu quero crer que o que Machado de Assis provavelmente intuiu no ensaio de Santiago Nunes Ribeiro e procurou desenvolver no seu “Instinto de nacionalidade” é algo da ordem de uma possível crítica literária, com sensibilidade histórica, que ultrapassasse finalmente o critério fixo, substancial, para julgamento da obra de arte dita brasileira – e de qualidade. Dessa forma, o critério da nacionalidade da literatura (extraliterário) poderia ser finalmente descartado, depois de integrado (como “sentimento íntimo”?) ao organismo em funcionamento que é a obra de arte do ponto de vista romântico. Formar-se-ia enfim um critério de gosto, mas esse seria sempre móvel, nunca acabado, adaptado à busca que é em si a obra literária. Em termos românticos, a crítica a uma obra é algo imanente à própria obra.

É claro que estou sugerindo uma compreensão avançada de princípios da auto-reflexão e da crítica romântica por parte de Santiago Nunes Ribeiro. Mas que tenha ficado claro que tanto Machado de Assis quanto Antonio Candido também enxergaram em seu ensaio crítico uma lufada de ar fresco em meio às concepções antiquadas que regiam o nosso pensamento historiográfico e crítico na década de 1840. Por azar, não temos outros ensaios dessa espécie escritos pelo autor, para que possamos contrastar nossas hipóteses de leitura. O que temos, no entanto, é a fundação de uma linhagem crítica em nossa história literária: cedamos a Santiago Nunes Ribeiro um lugar inaugural entre aqueles que debateram a nossa literatura com a acuidade crítica que lhe era devida nos momentos cruciais de sua formação.

### **Referências**

ASSIS, Machado de. Notícia da atual literatura brasileira – Instinto de nacionalidade. In: *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997. v. III, p. 801-809.

BOECHAT, Maria Cecília Bruzzi. Santiago Nunes Ribeiro e a tradição crítica brasileira. In: CORDEIRO, Rogério; WERKEMA, Andréa S.; SOARES, Claudia C.; AMARAL, Sérgio Alcides P. do. *A crítica literária brasileira em perspectiva*. Cotia: Ateliê, 2013. p. 65-73.

BOSI, Alfredo. Por um historicismo renovado: reflexo e reflexão em história literária. In: *Literatura e resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 7-53.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. v. II. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Itatiaia, 1993.

MOREIRA, Maria Eunice. O Brasil em papel: ideias e propostas no pensamento crítico do Romantismo. In: CORDEIRO, Rogério; WERKEMA, Andréa S.; SOARES, Claudia C.; AMARAL, Sérgio Alcides P. do. *A crítica literária brasileira em perspectiva*. Cotia: Ateliê, 2013. p. 29-47.

RIBEIRO, Santiago Nunes. Da nacionalidade da literatura brasileira. In: COUTINHO, Afrânio. *Caminhos do pensamento crítico*. v. I. Rio de Janeiro: Americana, 1974. p. 30-61.

SCHLEGEL, Friedrich. *Conversa sobre a poesia e outros fragmentos*. São Paulo: Iluminuras, 1994.

SOUZA, Roberto Acízelo de. *Introdução à historiografia da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

Recebido em: 9 mar. 2015.

Aprovado em: 29 abr. 2015.